



## REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE CONCEIÇÃO DA BARRA – ES

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, cuja a sigla é COMDIM, será regido por este Regimento Interno, pelas Resoluções que expedir e pelas demais normas legais aplicáveis.

**Art.2º** O COMDIM será dirigido por uma Diretoria, composta nos termos do Art. 4º da Lei Municipal Nº 2.890/2020 por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário (a) Geral, eleitos bianualmente, pelo voto de dois terços (2/3) dos conselheiros, no ato de posse de cada período bienal.

**Art.3º** Os Conselheiros terão exercício por períodos de até 02 (dois) anos consecutivos, permitida uma recondução por igual período.

**Art.4º** Perderá o direito de representação o Conselheiro que faltar a 03 (três) reuniões ordinárias, consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativa aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal, deixar de pertencer ao Organismo da Sociedade Civil ou ao Órgão Público e o conselheiro que solicitar por escrito, com justificativa sua substituição.

**§ 1º** A perda da representação será regulamentada via resolução do COMDIM, publicizada para os fins de direito;

**§ 2º** No caso de perda da função de representantes de Secretaria Municipal esta indicará ao COMDIM o substituto, para as devidas providências junto a Secretaria Municipal de Assistência Social para a devida nomeação;

**§ 3º** Sendo a perda de função de representante de organização da sociedade civil, a esta caberá indicar novo representante, na forma prevista no §3º do Art. 3, da Lei Municipal nº 2.890/2020, sob comunicação oficial ao Conselho para os atos de posse respectivos.



## CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO E DEFINIÇÃO

**Art. 5º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM é o órgão normativo, deliberativo e consultivo no que se refere as matérias pertinentes a política pública dos direitos da mulher no âmbito do Município de Conceição da Barra, nos termos da Lei Municipal nº 2.890 de 15 de Setembro de 2020.

**Art. 6º** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por 10 (Dez) membros representantes de forma paritária, titular e suplente entre o Poder Público e a Sociedade Civil.

**§ 1º** Os representantes do poder público serão indicados expressamente, na condição de titular e suplente, indicados pelos seus órgãos de origem sendo:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação – SEME;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;
- e) Gabinete do Prefeito;

**§ 2º** Os representantes da sociedade civil serão eleitos em plenário deste segmento, observando-se a representação dos diversos segmentos, dentre eles: movimentos sociais e comunitários, associações e ou cooperativas, rurais e urbanas, que defendem e promovem atividades na garantia dos direitos da mulher.

## CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA

**Art. 7º** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de acordo com o Art. 2º da Lei Municipal Nº2.890/2020:

- a) Prestar assessoria direta ao Executivo nas questões e matérias referentes aos Direitos da Mulher e promoção da igualdade e equidade racial entre os gêneros;
- b) Estimular o estudo e o debate das condições de vida das mulheres do Município, visando eliminar todas as formas de discriminação e violência contra a mulher;
- c) Propor ao Executivo Municipal a celebração de convênios com organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos ou privados, para a





execução de programas relacionados às políticas públicas para as mulheres e aos direitos da mulher;

**d)** Propor projetos que incentivem a participação da mulher nos setores econômico, social e cultural, criando instrumentos que permitam a organização e a mobilização feminina, garantindo à mulher o pleno exercício de sua cidadania;

**e)** Zelar pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos da mulher como cidadã e trabalhadora;

**f)** Deliberar sobre a realização de pesquisas e estudos sobre as mulheres, construindo acervos e propondo políticas públicas para o empoderamento, com vistas à divulgação da situação da mulher nos diversos setores;

**g)** Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor, relacionada aos direitos da mulher em toda sua diversidade;

**h)** Sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres.

**i)** Atuar na sensibilização e mobilização da sociedade para a defesa dos direitos das mulheres, bem como na participação política;

**j)** Assessorar o Poder Público, monitorar pareceres e acompanhar a elaboração de programas do Governo Federal, Estadual, e Municipal nas questões relativas aos direitos das mulheres em toda sua diversidade;

**k)** Receber, encaminhar e monitorar denúncias sobre a violação dos direitos das mulheres;

**l)** Acompanhar o processo de criação e execução orçamentária no contexto das políticas públicas para mulher no município;

**m)** Manter canais permanentes de diálogos e articulação com os movimentos sociais em suas várias expressões, apoiando suas atividades sem interferir em sua organização e seus princípios políticos;

**n)** Deliberar, monitorar e acompanhar a execução dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;

**o)** Convocar, organizar e realizar Conferências dos Direitos das Mulheres contemplando toda sua diversidade.

**Art. 8º** São direitos e deveres dos membros do conselho:

**a)** Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher na modalidade online e/ou presencial e discutir e votar as matérias e questões de competência do conselho;

**b)** Exercer o direito de voto nas eleições do Conselho e quando requisitada, nos termos da lei;

**c)** Representar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher quando designada por Plenária e/ou Diretoria;

**d)** Promover articulação permanente da sua entidade ou órgão com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;



- e) Requerer a convocação de reuniões extraordinárias quando houver assuntos urgentes que necessitem deliberação da Plenária, sendo que o requerimento subscrito terá que assinado por 10 (dez) Conselheiras;
- f) Participar da elaboração de projetos, proposições, pareceres e moções no âmbito de competência do Conselho;
- g) Participar da elaboração e/ou alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- h) Participar de grupos de trabalho e comissões definidas em Plenária.
- i) Deliberar sobre os casos omissos no Regimento, "ad referendum" do Plenário.
- j) Atuar como relatores e relatar, com brevidade, os processos das matérias, questões ou assuntos que lhes forem distribuídos, emitindo parecer para apreciação e votação em Plenário;
- k) Pedir "Vista" dos processos em que, não sendo relator, considerar conveniente melhor estudo e análise, para proferir seu voto.

## CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

**Art. 9º** Internamente, o **COMDIM** estará assim organizado:

- I. Plenário;
- II. Diretoria;
- III. Secretaria Geral e Secretaria Executiva;
- IV. Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

### SEÇÃO I – PLENÁRIO

**Art. 10** O Plenário é formado pela reunião conjunta de todos os Conselheiros titulares e ou suplentes e poderá deliberar validamente com o "quórum", de metade mais um de seus conselheiros titulares ou suplentes presentes a reunião.

**Parágrafo Único.** O quórum mínimo para instalação das reuniões ordinárias e extraordinárias, na primeira chamada, será da metade mais um de seus conselheiros titulares ou suplentes (06 conselheiros). Não sendo constatado quórum, será realizada a segunda chamada de 15 minutos, após a hora da convocação inicial, sendo procedido nova verificação e, caso persista a falta de "quórum", seguirá a reunião somente com os informativos sem deliberações, por falta de quórum, consignando em ata os nomes dos conselheiros presentes.

**Art. 11** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-à uma vez por mês, ordinariamente, obedecendo a calendário previamente estabelecido pela Plenária e extraordinariamente quando necessário.





§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas pela Presidente ou por requerimento subscrito por 10 (dez) Conselheiras, com um prazo mínimo de 48 (Quarenta e oito) horas.

§ 2º Para todas as reuniões, deverão ser convocadas as Conselheiras Titulares e Suplentes.

**Art. 12** Compete ao Plenário:

- a) Definir calendário das reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- b) Aprovar alterações do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, previamente propostas por grupo de trabalho constituído para este fim;
- c) Propor temas para o debate, colaborando para a elaboração das pautas para as reuniões;
- d) Eleger dentre seus membros a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher nos termos da Lei Municipal Nº 2.890 de 15 de Setembro de 2020;
- e) Apresentar projetos de trabalho e formular moções, pareceres e proposições no âmbito de competências do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- f) Propor e deliberar sobre a criação de grupos de trabalho necessários aos projetos do Conselho;
- g) Apreciar e elaborar pareceres sobre relatórios de gestão acerca das políticas públicas direcionadas às mulheres nas várias áreas;
- h) Apreciar e elaborar pareceres sobre planos municipais de políticas públicas voltadas às mulheres;
- i) Destituir e substituir Conselheiros/as;
- j) Conhecer e deliberar sobre as questões e matérias de sua competência, como estabelecido no Art. 2º da Lei Municipal Nº 2.890/2020;
- k) Expedir Resoluções, baixar normas e outros atos destinados ao cumprimento e execução das suas decisões.
- l) Conhecer e acompanhar o cumprimento das atribuições regimentais da Diretoria e da Secretaria Geral, baixando as determinações que convier ao melhor funcionamento desse órgão interno.
- m) Deliberar sobre a administração dos recursos financeiros, orçamentários ou extraorçamentários, destinados aos fins previstos no Art. 2º da Lei Municipal nº 2.890/2020, integrantes ou não do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.
- n) Constituir e compor o Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, revendo e referendando ou não as decisões deste comitê e substituindo os seus membros, quando convier.

**Art. 13** A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, poderá realizar reunião de forma reservada desde que solicitada por qualquer de suas integrantes e aprovada por 2/3 (dois terços) das presentes com direito a voto, quando se tratar de assunto relativo à destituição de Conselheiros eleitos para sua direção que atuem de



forma prejudicial ao desenvolvimento das atividades, garantindo o direito de ampla defesa ao Conselheiro.

**Art. 14** os conselheiros(as) poderão manifestar-se sobre todos os assuntos, respeitando a ordem de pauta, aprovada no início da reunião, e a ordem de inscrição, sob direção da presidência.

**Art. 15** A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, funcionará da seguinte forma:

- a) Abertura e verificação do número de presentes com direito a voto;
- b) Apresentação, discussão e aprovação da ata reunião anterior;
- c) Informes e assuntos gerais;
- d) Discussão e deliberação da Plenária sobre a matéria de pauta;
- e) Encaminhamentos e indicação de pauta para a reunião subsequente.

**Art. 16** Estando presentes à reunião o conselheiro titular e suplente, no processo de votação, apenas o titular votará e conselheiro suplente terá direito a voz.

**Art. 17** Nas reuniões ordinárias poderá a plenária discutir e deliberar sobre matéria estranha à ordem do dia, justificada a urgência e necessidade inerente de apreciação, desde que devidamente aprovado por maioria simples dos/as conselheiros/as presentes com direito a voto.

**Art. 18** As sessões plenárias do COMDIM, serão públicas permitida a presença de pessoas com o decoro e respeito democrático, com direito a voz, exceto a sessão prevista no Art. 4º deste regimento, que será reservada às partes interessadas.

## SEÇÃO II – DIRETORIA

**Art. 19** A Diretoria do Conselho é composta do presidente, do vice-presidente e do secretário (a) geral, eleitos dentre os Conselheiros, para mandato de dois anos, admitida a reeleição para segundo mandato consecutivo.

**§1º** A Diretoria deverá reunir-se quinzenalmente, ou sempre que houver decisões a adotar coletivamente, por convocação do Presidente ou a pedido do Secretário (a) geral, lavrando-se a Ata sucinta das decisões adotadas.

**§2º** A Diretoria contará com o pessoal burocrático e técnico necessário e suficiente ao desempenho das suas atribuições, por meio da secretaria executiva dos conselhos.





CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DAS MULHERES

**Art.20** São atribuições do Presidente do Conselho:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Plenário ordinária e extraordinária e da Diretoria do Conselho;
- b) Representar o Conselho Judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar atribuições, temporariamente, ao vice-presidente ou ao Secretário (a) Geral;
- c) Distribuir aos Conselheiros, para relatório e parecer, processos em que haja questões ou matérias da competência legal do Conselho, para deliberação em plenário;
- d) Apresentar ao Plenário as proposições, questões e matérias que tiveram sido objeto de prévio parecer de relator ou, ainda, as matérias e assuntos que não necessitam de prévio parecer;
- e) Assinar, com Secretário (a) Geral, as Resoluções, normas e demais atos da competência do Conselho e mandar publicar o que for de direito;
- f) Expedir pedidos de informações e formular consultas às autoridades públicas, nos limites da competência legal do Conselho;
- g) Submeter ao Plenário as requisições de servidores públicos e de matérias em geral, necessários ao funcionamento dos serviços do Conselho;
- h) Submeter a deliberação do Plenário, a programação das atividades da competência do Conselho e o orçamento financeiro de cada exercício, elaborado pela Diretoria, para a adoção dos atos necessários à execução dos objetivos do Conselho;
- i) Exercer outras funções que o Conselho lhe atribuir ou forem inerentes às suas atribuições regimentais;
- j) Exercer o direito de voto, inclusive o de qualidade nos casos de empate;
- k) Dirigir as discussões e coordenar os debates;
- l) Resolver as questões de ordem;
- m) Autorizar as despesas próprias do Conselho.

**Art. 21** Compete ao vice-presidente:

- a) Substituir o presidente nas suas ausências ou impedimentos, ou ainda em caso da vacância definitiva do cargo;
- b) Presidir o Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher;
- c) Exercer as atribuições que o presidente lhe delegar, por escrito, após autorização do Plenário;
- d) Colaborar para o desempenho das tarefas da Presidência.

**Art. 22** Compete ao Secretário (a) Geral coordenar as atividades da Secretaria e atuar em conjunto com a secretaria executiva dos conselhos para o funcionamento dos serviços internos do COMDIM e a coordenação administrativa.

**Art. 23** São atribuições específicas do Secretário (a) Geral:



- a) Substituir o vice-presidente, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias;
- b) Elaborar e submeter à Diretoria as pautas das sessões do Plenário do Conselho e da própria Diretoria;
- c) Elaborar as Atas das sessões do Plenário e da Diretoria;
- d) Organizar e manter atualizado a coletânea de leis, resoluções e quaisquer outras que digam respeito aos direitos da mulher;
- e) Estruturar e manter organizado os arquivos do Conselho;
- f) Organizar e manter atualizado o cadastro de entidades comunitárias e dos órgãos públicos, federais e municipais, atuantes no atendimento a mulher e dos programas e projetos em execução no Município.
- g) Exercer outras atividades e comandar outros serviços próprios da secretaria ou que lhe forem atribuídos pela Diretoria.

### SEÇÃO III - SECRETÁRIA GERAL E SECRETÁRIA EXECUTIVA

**Art. 24** A Secretária-Executiva, órgão executivo do Conselho, diretamente subordinada à Diretoria do COMDIM, tem sob sua responsabilidade a execução dos serviços administrativos e assessoria profissional ao colegiado.

**Parágrafo Único.** O trabalho da Secretária-Executiva do conselho, será exercido por servidores de acordo com o estabelecido Lei Municipal Nº 2.890/2020, nomeados pelo Executivo Municipal para o apoio administrativo no funcionamento do COMDIM.

**Art. 25** Compete à Secretária-Executiva:

- I. Assessorar a mesa diretora do COMDIM no desempenho de suas funções;
- II. Manter articulação com os conselheiros, informando-o sobre os trabalhos do CMI, especialmente sobre o cumprimento de suas deliberações;
- III. Promover relações públicas do COMDIM;
- IV. Elaborar atas, resoluções, ofícios, relatórios e outros documentos deliberados pelo conselho ou pela mesa diretora do COMDIM;
- V. Determinar providências para a plena instalação das sessões do Conselho;
- VI. Despachar com a presidência do conselho, dando-lhe conhecimento dos trabalhos e providências administrativas;
- VII. Comparecer às reuniões plenárias e lavrar as respectivas atas;
- VIII. Elaborar, em conjunto com a presidência, a proposta orçamentária anual do Conselho;
- IX. Apresentar anualmente à presidência, o relatório com os dados referentes ao funcionamento dos serviços administrativos;
- X. Prestar informações dos atos e atividades do Conselho;





- XI. Preparar a correspondência oficial e o expediente;
- XII. Praticar os demais atos de sua competência.

#### SEÇÃO IV - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER.

**Art. 26** O Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, cuja sigla é FUMDIM, será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**§1º** O FUMDIM se destina a financiar programas e ações voltadas aos direitos da mulher, com o objetivo de assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de ações, projetos e ou programas;

**§2º** Os recursos captados para o FUMDIM devem ser aplicados, exclusivamente, nas ações, voltadas ao atendimento a mulher sob a orientação, aprovação e supervisão do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, através de um plano de aplicação de recursos;

**§3º** O COMDIM elaborará plano de mobilização de captação de recursos e divulgação dos resultados alcançados com recursos do FUMDIM;

**§4º** Os recursos do FUMDIM atenderá prioritariamente a mulheres em situação de violências, risco e vulnerabilidade social.

**Art. 27** O Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, é constituído de 03 (três) conselheiros do COMDIM, atuará de acordo com Lei Municipal Nº 2.890/2020, sendo:

- a) Um membro da Diretoria – vice presidente;
- b) Um conselheiro representante de Secretarias Municipais/poder público;
- c) Um conselheiro representante da Sociedade Civil.

**Art.28** O Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher deverá reunir-se, ordinariamente, a cada trimestre civil e extraordinariamente sempre que convier, mediante convocação do seu coordenador.

**§1º** As deliberações do Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros.;

**§2º** as sessões do Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher terá ata e arquivos de seus trabalhos;

**§4º** Para utilização dos recursos do FUMDIM, os projetos, programas e/ou ações, terão que ter parecer do Comitê Gestor que encaminhará sua recomendação para a sessão plenário do COMDIM.

**Art. 29** Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher terá que manter a supervisão e acompanhamento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no que refere a escrituração contábil, permanente, dos recursos do fundo, seja dos ingressos, das aplicações e de quaisquer movimentos pecuniários que houver, com



CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DAS MULHERES

obediência às normas da contabilidade pública municipal, expedido mensalmente, balancetes financeiros.

**Parágrafo Único** – A Secretaria Municipal de Assistência Social, a cada trimestre ou sempre que solicitado pelo COMDIM prestará contas dos recursos do fundo, ao Plenário do conselho, para que sejam recomendadas as providências que convier.

**Art. 30** Os recursos do FUMDIM destina-se, exclusivamente, a atender a política que contemple aos direitos da mulher, não tendo personalidade jurídica, mas sendo necessário conta própria, CNPJ, sendo vinculado administrativamente ao poder público, Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Paragrafo Único.** Toda organização contábil, formalização junto a Receita Federal, cadastros aos entes federados é de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social, assim como indicação e nomeação do gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

## CAPÍTULO IV DOS COMITÊS, COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

**Art. 31** Constitui-se como comitê permanente:

I. Comitê Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher com objetivo descritos nos artigos do Capítulo IV, Seção IV deste regimento interno.

**Art. 32** Por proposta da Diretoria e dos demais conselheiros/as, poderá constituir comitês, comissões permanentes ou grupos de estudos temporários, para análise, estudo e emissão de parecer conclusivo, para discussão e aprovação de Plenário, sobre matérias que exigem conhecimentos específicos, desde que seja aprovado em Plenário.

**§1º** No ato de constituição das comissões ou grupos especificará as suas atribuições e o prazo para cumprimento do encargo.

**§2º** O COMDIM elaborará as normas que regerão o funcionamento das comissões permanentes e dos Grupos de Estudos.

**§3º** Comporão as comissões permanentes e Grupos de Estudos os Conselheiros Titulares e Suplentes.

**§4º** As comissões serão compostas por pelo menos 3 (três) membros indicados pela plenária.

**§ 5º** As comissões se reunirão por convocação do seu coordenador, em dia e hora previamente fixados. Sendo que, as comissões de trabalho temporárias dissolvem-se automaticamente, com a votação do seu parecer ao trabalho para o qual foi





CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DAS MULHERES

constituída.

§ 6º As Comissões Permanentes, provisórias ou Grupos de Estudos terão que apresentar os resultados, andamentos dos seus trabalhos, pareceres e encaminhamentos serem apreciados e aprovados pelos demais conselheiros do COMDIM em reunião plenária.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art.33** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá solicitar a colaboração de Organizações, Órgãos Públicos pessoas e/ou especialistas para participarem da elaboração de estudos, proferirem palestras ou prestarem esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Art. 34** O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá solicitar contratação via Secretaria Municipal de Assistência Social, estudos técnicos e serviços indispensáveis ao correto desempenho de suas atribuições específicas, junto às áreas pública e privada, em conformidade com a legislação reguladora do assunto e disponibilidade de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art.35** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

**Art. 36** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação.

Conceição da Barra – ES, 13 de novembro de 2025.

**Sheila Santos Sousa**

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

**Cristiane Maria do Nascimento**

**Secretaria Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**